

## PETIÇÃO 13.388 BAHIA

**RELATOR** : MIN. NUNES MARQUES  
**REQTE.(S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**INTDO.(A/S)** : POLÍCIA FEDERAL

### DESPACHO:

1. Trata-se de inquérito policial, instaurado a partir de notícia-crime apresentada pela Controladoria Regional da União no Estado da Bahia, com o objetivo de apurar indícios de ilícitos relacionados a contratos firmados pela Coordenação Estadual na Bahia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

2. Com o desenrolar das investigações, notadamente a partir dos elementos obtidos no âmbito da “Operação Overclean”, deflagrada em 10.12.2024, o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Salvador declinou da competência para este Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, “b”, CF/88), ante a suspeita de potencial envolvimento de autoridade com foro por prerrogativa de função perante esta Corte.

3. Em 17.01.2025, os autos foram distribuídos por sorteio ao Min. Nunes Marques.

4. A Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia, em 21.01.2025, solicitou a distribuição deste feito por dependência ao Ministro Flávio Dino, que determinou a instauração de inquérito policial para apurar “irregularidades em emendas parlamentares”. Reproduzo as seguintes passagens da manifestação (edoc. 36):

“[...]”

**As duas investigações estão profundamente conectadas, pois ambas tratam do uso irregular de emendas parlamentares, expondo práticas de corrupção que afetam tanto o nível local quanto o nacional. A decisão do Ministro**

## PET 13388 / BA

**Flávio Dino fornece um marco legal e investigativo que fortalece a apuração da Overclean, enquanto os elementos produzidos na operação da Bahia ajudam a ilustrar como as irregularidades são operacionalizadas.**

Além disso, a Overclean tenta mapear a relação entre empreiteiras, agentes públicos e políticos após a execução das obras, enquanto a investigação de Dino aborda diretamente os mecanismos de influência e manipulação na destinação inicial das emendas. Isso torna as investigações interdependentes, com potencial para produzir provas e insights mutuamente benéficos.

**As provas produzidas na investigação conduzida pelo Ministro Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal podem representar uma base essencial para a Operação Overclean, assim como os elementos coletados na Bahia podem desempenhar um papel crucial na ampliação das apurações em âmbito nacional sobre o uso indevido de emendas parlamentares.**

A auditoria determinada por Dino, abrangendo todas as emendas desde 2020, tem o potencial de oferecer uma base robusta para a Overclean ao detalhar os critérios utilizados na liberação dessas emendas, identificando os parlamentares responsáveis e avaliando os mecanismos de controle — ou a ausência deles. Isso possibilitará a construção de uma trilha financeira detalhada, essencial para a identificação de desvios no DNOCS e em outros órgãos públicos. Por outro lado, os elementos produzidos pela Operação Overclean serão indispensáveis para evidenciar como as emendas foram aplicadas de forma irregular, servindo como um alicerce para sustentar as investigações e futuras ações legais no âmbito das investigações.

O cruzamento de provas entre as investigações pode desarticular não apenas os esquemas regionais, mas também

## PET 13388 / BA

ampliar a responsabilização de agentes políticos e administrativos que utilizam as emendas parlamentares como instrumento de desvio de recursos públicos.

Ante o exposto, a Polícia Federal solicita a distribuição por dependência ao Ministro Flávio Dino, em razão da conexão com investigação em andamento sob sua relatoria...”

5. Diante dessa manifestação apresentada pelo Departamento de Polícia Federal, determinei à Secretaria Judiciária a apresentação de esclarecimentos sobre os critérios adotados na distribuição. Estas as informações prestadas pela secretaria:

“[...]

Trata-se de Inquérito Policial declinado pelo Juiz da 2ª Vara Federal Criminal de Salvador. **O inquérito policial foi instaurado a partir de uma notícia crime encaminhada pela Controladoria Regional da União no Estado da Bahia, por meio da Nota Técnica n. 3433/2023/BAHIA, dirigida à Polícia Federal [...].**

Os fatos foram investigados pela Polícia Federal no bojo da “Operação Overclean”. No curso das investigações, foram encontrados indícios da participação de pessoa com foro por prerrogativa de função, razão pela qual o juiz declinou a competência ao STF (documento nº 02, página 32).

Na decisão de declínio, o magistrado determina a remessa ao Supremo Tribunal Federal e distribuição por dependência ao Ministro Flávio Dino, em razão de possível conexão com a investigação em curso.

Consta, ainda, do documento nº 02, página 15, que "por fim, cabe registrar que no dia 23 de dezembro de 2024 foi amplamente veiculada na mídia a divulgação da decisão

## PET 13388 / BA

proferida pelo Exmo. Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.697, que requisitou a instauração de Inquérito Policial para apurar possíveis práticas criminosas na liberação/destinação de emendas parlamentares. Em cumprimento à determinação judicial, foi instaurado pela Polícia Federal o Inquérito Policial nº. 2024.0136683".

Ainda no mesmo documento, página 24, o Juiz determina a "remessa dos autos ao Supremo tribunal Federal, com distribuição por dependência do Ministro Flávio Dino em razão da conexão com investigação em curso sob sua relatoria".

A ADI nº 7697, foi proposta pelo PSOL contra as Emendas Constitucionais nº 86/2015 (cria Orçamento Impositivo), nº 100/2019 (introduziu a emenda parlamentar de bancada), nº 105/2019 (permitiu a transferência, através de orçamento impositivo, de até 50% dos recursos de emendas individuais a entes federados sem vinculação a uma finalidade específica, desde que pelo menos 70% obrigatoriamente sejam destinados a obras) e nº 126/2022 (aumentou a margem de receita corrente líquida vinculada, obrigatoriamente, a emendas parlamentares).

A decisão de declínio afirma, ainda, que "o MPF manifestou-se pelo declínio de competência em favor do Supremo Tribunal Federal do Inquérito Policial n. 2023.0105968, registrado no PJE sob o n. 1007020- 14.2024.4.01.3300, bem como de todos relacionados à Operação Overclean" e pedido de distribuição por prevenção ao IPL n. 2024.0136683.

Pesquisa nos sistemas informatizados da Corte, considerando as origens apontadas, identifica o HC nº 250965/TO, rel. Min. Luiz Fux. Em que pese no HC nº 250965 constar origens de procedência geográfica de Tocantins, verifica-se que, da análise dos documentos juntados à PET 13388 (doc. 1, pág. 4; doc. 2. pág. 10), a Operação Overclean tem braço em diversos estados da Federação (BA, TO, GO, RJ),

**PET 13388 / BA**

possuindo origem em comum a Medida Cautelar nº 1071178-78.2024.4.01.3300...”

6. Encaminhei os autos à Procuradoria-Geral da República que, em parecer subscrito pelo Dr. Paulo Gonet Branco, considerou correta a livre distribuição do feito. Reproduzo as seguintes conclusões relevantes do parecer:

“[...]

O eminente Ministro Flávio Dino, ao determinar a abertura do inquérito, transcreveu manifestações de parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, alusivas, genericamente, a apontamentos sobre uso indevido de recursos provenientes de emendas. **Não houve, nos trechos dos discursos transcritos, particularização de fatos em tese criminosos, nem individualização de emendas, nem pormenores sobre a forma de pagamento; tampouco houve referência a autoria.** Não obstante, num dos pronunciamentos, foi conclamado que “a Polícia Federal investigue tudo”.

**Já a Operação Overclean tem foco bem definido. Visa a apurar irregularidades suficientemente singularizadas, em torno de um evento específico, que levou ao desvendamento de numa sucessão de outros fatos encadeados.**

**Para haver prevenção, é necessário que se positive uma similitude substancial entre o caso original e o que se pretende a ele vincular. Os elementos disponíveis nos autos não caracterizam esse pressuposto.**

A propósito, a Operação Overclean não é o primeiro, nem tampouco o único caso da Corte que versa investigação criminal de desvio de verbas oriundas de emendas parlamentares.

[...]

**Por mais esse motivo, parece ao Ministério Público que a distribuição aleatória determinada pela Presidência do STF não merece ser desaprovada.**

Observo, por fim, que a informação de id f3d2434e, produzida pela Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, não altera essa convicção. Disse o zeloso órgão:

Pesquisa nos sistemas informatizados da Corte, considerando as origens apontadas, identifica o HC nº 250965/TO, rel. Min. Luiz Fux. Em que pese no HC nº 250965 constar origens de procedência geográfica de Tocantins, verifica-se que, da análise dos documentos juntados à PET 13388 (doc. 1, pág. 4; doc. 2. pág. 10), a Operação Overclean tem braço em diversos estados da Federação (BA, TO, GO, RJ), possuindo origem em comum a Medida Cautelar nº 1071178-78.2024.4.01.3300.

A consulta aos autos do HC n. 250.965/TO não revela, no entanto, conexão com a espécie.

O *habeas corpus* tem como paciente Claudinei Aparecido Quaresemin e se volta contra prisão preventiva decretada pelo juízo estadual da 3ª Vara Criminal de Palmas/TO. A Medida Cautelar n. 1071178-78.2024.4.01.3300 (relativa à Operação Overclean) foi mencionada de modo contingente na impetração contra a prisão decretada em Palmas. A alusão, porém, serviu apenas de argumento de reforço. Para justificar que a liberdade do investigado em Palmas não oferecia perigo ao interesse público, dizia-se que o paciente também estava sob o crivo da Operação Overclean e que, nela, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em *habeas corpus*, revogara a prisão preventiva que havia sido imposta. O raciocínio era o de que, se na Operação Overclean a liberdade dele não afetava o curso das apurações, tampouco haveria de apresentar risco na ação desenrolada

## PET 13388 / BA

perante a Justiça estadual. É relevante anotar, afinal, que há pedido de desistência da impetração referida.

A hipótese, portanto, não se ajusta ao disposto no art. 77-D, § 3º, do RISTF – que determina que “os inquéritos e as ações penais, que passem a ser de competência do Tribunal em virtude de prerrogativa de foro, serão distribuídos por prevenção ao Relator de habeas corpus a eles relativo” –, uma vez que o habeas corpus em questão não está relacionado à investigação, objeto destes autos.

**Ao ver da Procuradoria-Geral da República, portanto, a distribuição determinada pela Presidência da Corte não tem por que ser revista...”**

### 7. Não é caso de redistribuição.

8. Conforme indicado nos esclarecimentos prestados pelo Ministério Público Federal, não há razão jurídica ou íntima correlação fática que justifique a distribuição deste feito por prevenção ao Min. Flávio Dino. Não há, no atual estágio das apurações, identidade de partes ou de origens que justifique a vinculação deste procedimento criminal com as investigações determinadas pelo Min. Flávio Dino, conforme exigido pelo art. 69 do RISTF<sup>1</sup>.

9. Embora o Min. Flávio Dino tenha, de fato, determinado a instauração de investigação para apurar supostas irregularidades no processo deliberativo para indicação de emendas parlamentares, tal determinação não deve acarretar a automática prevenção de Sua Excelência para a relatoria de inquérito policial instaurado com o objetivo específico de apurar eventuais ilícitos em contratos firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

---

<sup>1</sup> “Art. 69. A distribuição da ação ou do recurso gera prevenção para todos os processos a eles vinculados por conexão ou continência.”

10. Nessas condições, ausente razão jurídica ou correlação fática que justifique a prevenção do Min. Flávio Dino, considero acertada a livre distribuição do feito, na forma do art. 67 do RISTF:

“Art. 67. Far-se-á a distribuição entre todos os Ministros, inclusive os ausentes ou licenciados por até trinta dias, excetuado o Presidente.”

11. Finalmente, tal como consignado no parecer ministerial público, inexistente a aventada vinculação entre o HC 250.965, Rel. Min. Luiz Fux, e a presente investigação policial. A análise objetiva dos autos revela que a referida ação constitucional teve por objeto decreto de prisão preventiva expedido pelo Juízo estadual da 3ª Vara Criminal de Palmas/TO, sendo certo que o presente inquérito teve por origem, em especial, a medida cautelar n. 1071178-78.2024.4.01.3300 (“Operação Overclean”), decretada pelo Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Salvador.

12. Diante do exposto, e sem desmerecer a dúvida razoável suscitada pela autoridade policial, **determino o encaminhamento dos autos ao Min. Nunes Marques.**

Brasília, 3 de fevereiro de 2025.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**  
Presidente